



Administração Pública e Gestão Social
ISSN: 2175-5787
apgs@ufv.br
Universidade Federal de Viçosa
Brasil

Editorial

Lopes Valadares, Josiel

Editorial

Administração Pública e Gestão Social, vol. 12, núm. 2, 2020

Universidade Federal de Viçosa, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351562414013>

Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial-SinDerivar 3.0 Internacional.

Editorial

Josiel Lopes Valadares
Universidade Federal de Viçosa, Brasil
 josiel.valadares@ufv.br

Redalyc: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351562414013>

Publicación: 01 Abril 2020

EDITORIAL

Caros (as) leitores (as),

Está disponível a segunda edição da APGS para o ano de 2020. Em especial, esta é a última edição na qual estou como editor chefe. Foram quatro anos exercendo o papel de editor da APGS. Os primeiros 18 meses enquanto editor adjunto auxiliando o Prof. Wesley Xavier e o restante como editor chefe. Neste tempo pude aprender a cada artigo submetido, avaliado e publicado que a comunidade científica em administração pública está amadurecendo. Estar na editoria de um periódico bem qualificado como a APGS nos dá a possibilidade de compreender que nossa ciência amadurece, sobretudo no que tange à produção de um campo ainda mais plural.

Publicamos nestes quatro anos estudos em distintas áreas que tangenciam o debate decisório presente nas relações entre governo, sociedade e empresas. Apoiamos eventos em formato de Fast-Track, produzimos edições especiais e melhoramos muito nossos prazos de avaliação tanto no Desk-Review quanto no Double Blind Review. Meu período enquanto editor do periódico se encerra, porém, tenho certeza que continuará sendo referência para as pesquisas em Administração Pública no Brasil.

Agradeço aos colegas Wesley Silva Xavier pelo auxílio logo no início em que assumi a editoria adjunta da revista. Ao colega Alan Ferreira de Freitas pela parceria enquanto editor adjunto. Também não poderia deixar de mencionar a participação do Gilberto Maurício Frade da Mata, essencial, no processo de produção de conteúdo da APGS. Nestes quatro anos fez um trabalho de excelência na assistência editorial da APGS. Gostaria de mencionar também o papel relevante da Luiza Oliveira Pacheco na revisão gramatical dos artigos. Não poderia deixar de mencionar o apoio que a APGS tem recebido da chefia do Departamento de Administração (DAD) e Contabilidade da Universidade Federal de Viçosa. Em tempos difíceis no que tange às questões orçamentária, os representantes do DAD tem nos dado condições para que nosso periódico permaneça operando. Somos gratos!

Essencial também o apoio do Prof. Antônio Carlos Brunozi Júnior nos últimos meses pela interlocução e trabalho compartilhado na edição da revista. A partir da próxima edição ele, inclusive, assumirá a chefia deste editorial. Aproveito para mencionar também que a equipe APGS terá a Profa. Ana Cláudia Azevedo e o Prof. Layon Carlos César como novos editores adjuntos. Sejam muito bem-vindos à equipe.

Não posso deixar de agradecer também a todos e todas leitores (as), autores (as) e avaliadores (as) que contribuíram ao longo deste tempo para termos um conteúdo de qualidade. Espero, enfim, que continuem neste sentido, tornando a APGS um espaço de debate excelente para pesquisadores e practitioners em administração pública.

Em tempo, convido à vocês para lerem os artigos da nossa atual edição.

O artigo 1 “Governança aplicada às tecnologias sociais para populações em situação de risco socioeconômico associada ao paradigma da sustentabilidade” de autoria de Alexandre Castilhos, Tania Nunes da Silva. O objetivo deste artigo é identificar os parâmetros iniciais para o desenvolvimento de uma abordagem de governança das tecnologias sociais associada à sustentabilidade, considerando a perspectiva

multinível. Os resultados apontam para uma abordagem que busca uma nova forma de olhar a dinâmica das tecnologias sociais, problemas, inovações, modelos, estágios, transições, desafios e mudanças, a fim de contribuir para novos modelos de desenvolvimento social sustentável no Brasil.

O artigo 2 “Desenvolvimento Conceitual e Teórico na Literatura dos Regimes de Bem-Estar Latino-Americanos” de autoria de Pedro Rufino Barbosa. O presente artigo realiza uma análise do desenvolvimento teórico sobre os regimes de bem-estar latino-americanos, debatendo seus principais postulados e relacionando-os com o debate geral sobre os regimes de bem-estar. Por um lado, é possível identificar similaridades com as teorias sobre os regimes de bem-estar da OCDE. Por outro lado, os estudos revelam que os regimes de bem-estar latino-americanos apresentam uma dinâmica mais complexa e requer novas ferramentas analíticas.

O artigo 3 “A distribuição dos royalties do petróleo e a eficiência na gestão financeira dos municípios do estado de São Paulo” de autoria de Douglas Schiavoni Froemming, Eduardo Augusto do Rosário Contani, Daniel Reed Bergmann e Fabiana Lopes da Silva. Este estudo tem por objetivo verificar se os royalties contribuem para o aumento das ineficiências nos municípios envolvidos em sua busca pelas receitas próprias. Os resultados mostraram que os royalties distribuídos aos municípios paulistas possuem grande variabilidade e são relevantes apenas em alguns deles. Não houve diferença significativa no esforço fiscal dos municípios afetados pela variável royalties de petróleo.

O artigo 4 “Coproducción e Incidencia de la Sociedad Civil en la Política de Residuos Sólidos em Belém, Amazonia” de autoria de Carmen Pineda Nebot, Herbert Cristhiano Pinheiro de Andrade, Mário Vasconcellos Sobrinho e Ana María de Albuquerque Vasconcellos. O artigo analisa a emergência de novas arenas e arranjos organizacionais para gestão de políticas públicas. Foca-se especificamente na gestão da política pública de resíduos sólidos na cidade de Belém (estado do Pará, Amazônia brasileira). O resultado da investigação mostra que emergiram arenas para acompanhamento de prestação de contas governamentais e para análise dos indicadores de eficiência da política pública. Constatou-se que há uma aproximação de arranjos coprodutivos na gestão da política pública.

O artigo 5 “As variáveis para uma gestão de contratos eficiente: O caso de uma empresa pública federal” de autoria de Wanderson Fernandes Modesto de Oliveira, Rodrigo José Guerra Leone e Lieda Amaral de Souza. Este trabalho tem por objetivo identificar variáveis relacionadas a uma eficiente gestão de contratos que conduzem uma empresa pública à redução de custos e à melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas empresas por ela contratadas. Conclui-se que a gestão de contratos da Administração Pública pode conduzir à redução de custos com a contratação e com a execução do contrato com a empresa contratada e também à melhoria da qualidade do serviço que lhe é prestado, por meio dessas três novas variáveis encontradas.

O artigo 6 “Avaliação da Eficiência dos Gastos Públicos com Educação dos Municípios de Santa Catarina” de autoria de Rodolfo Rocha Santos, Marcelo Machado de Freitas, Leonardo Flach. Esse artigo teve como objetivo verificar os fatores que afetam o nível de eficiência na aplicação dos recursos públicos em educação básica dos municípios de Santa Catarina. Pode-se inferir, ao nível de significância de 10%, que a qualidade de vida de um município afeta positivamente a eficiência na aplicação dos recursos públicos com educação dos municípios catarinenses. O PIB apresentou uma relação negativa com a escala de eficiência, podendo-se afirmar que, ao nível de significância de 5%, municípios que apresentaram maior poder econômico foram menos eficientes.

Artigo 7 “Hegemonia do Planejamento Urbano Estratégico e o Discurso Contra-Hegemônico do Direito à Cidade” de autoria de Jouberte Maria Leandro Santos, Sérgio Benício Carvalho Benício de Melo. O presente trabalho teve por objetivo avaliar os argumentos que constituem os diferentes discursos acerca do Planejamento Urbano e o Direito à Cidade tendo como foco a construção de um Grande Projeto Urbano (GPU) denominado “Novo Recife”. Os resultados apontam para cinco formações discursivas antagônicas: Duas favoráveis e três contestadoras do modelo de planejamento urbano adotado no Recife.

Artigo 8 “O Processo Orçamentário de uma Instituição Pública Federal de Ensino sob a ótica do Isomorfismo” de autoria de Lidiane Zambenedetti e Rodrigo Angonese. Esta pesquisa tem como objetivo analisar o processo orçamentário de uma instituição pública de ensino sob a ótica do isomorfismo. Os resultados mostram que o processo orçamentário da instituição é influenciado pelos três tipos de isomorfismo (coercitivo, mimético e normativo). Observou-se que os três tipos de isomorfismo atuam simultaneamente, influenciando o processo orçamentário, com destaque para o isomorfismo coercitivo.

Artigo 9 “Transparência e Dados Abertos Governamentais: Possibilidades e Desafios a Partir da Lei de Acesso à Informação” de autoria de Ana Júlia Possamai, Vitoria Gonzatti de Souza. O artigo objetiva analisar as possibilidades e os desafios institucionais à implementação desse paradigma no Brasil, com base na Lei de Acesso à Informação. Além da análise normativa, realiza-se um estudo de caso do Governo Federal, aplicando-se técnicas de análise de conteúdo para verificar empiricamente o tratamento dispensado em primeira e última instância a solicitações de abertura de dados protocoladas junto ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), em períodos anterior e posterior à edição da Política de Dados Abertos, em 2016. Os resultados demonstram amparo legal para solicitações de dados abertos governamentais, dificultadas, contudo, por espaço “cinzento” criado pelas hipóteses infralegais de restrição de acesso à informação, o que impõem alerta quanto à efetividade da nova Política.

Artigo 10 “Quando o Desastre bate à porta: Reflexões sobre a ética da Gestão Pública de Riscos e Desastres” de autoria de Laís Silveira Santos e Mauricio C. Serafim. O objetivo deste artigo teórico foi realizar uma reflexão sobre a ética da gestão pública de riscos e de desastres. Foi enfatizada a ética dos desastres como elemento indispensável para a gestão de emergências, evidenciando alguns de seus possíveis dilemas morais e a atuação do gestor público. Apesar dos princípios éticos de solução serem uma das alternativas para análise dos dilemas, normalmente eles são difíceis de operacionalizar em situações reais de crise. Assim, torna-se importante a realização de uma redução sociológica como método de assimilação crítica de forma que o tema possa ser pesquisado considerando as especificidades da cultura e gestão pública brasileira.

Nesta edição também apresentamos dois casos para ensino que são expostos a seguir.

Caso 1 “De Gata Borralheira À Cinderela: Mas Nem Tudo É Conto De Fadas No Processo Sucessório de uma ONG” de autoria de Larissa Sousa Cecílio, Edileusa Godói-de-Sousa e Juliana Moro Bueno Mendonça. A análise do caso objetiva discutir a importância do planejamento da sucessão nas organizações, focando nos empreendimentos sociais, conscientizar sobre a importância de se agir de maneira ética e transparente, e instigar debate sobre o dilema do caso.

Caso 2 “E Agora, José?” Decisões Coletivas e Relações Familiares em Finanças Solidárias” de autoria de Ives Romero Tavares do Nascimento e Ariádne Scalfoni Rigo. Este Caso Para Ensino visa promover a reflexão sobre o agir econômico em finanças solidárias e modelos de gestão alternativos baseados nas relações de proximidade e confiança presentes nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs). Reflete a experiência real de um Comitê de Avaliação de Crédito (CAC) de um BCD brasileiro, que precisou decidir pela concessão ou não de um microcrédito num contexto em que as relações familiares foram consideradas no julgamento da solicitação.

Boa Leitura

Josiel Lopes Valadares

Editor-Chefe

CC BY-NC-ND